

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.642.723 - MG (2019/0379856-5)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : ANA PAULA CEOLIN FERRARI BACELAR - MG116934
VANESSA FERREIRA DO VAL DOMINGUES - MG117845
AGRAVADO : J F C (MENOR)
REPR. POR : M A F C
ADVOGADO : THAIS APARECIDA MENDONÇA - MG084900

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por ESTADO DE MINAS GERAIS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL - REMESSA NECESSÁRIA -
MEDICAMENTOS - DIABETES MELLITUS TIPO 1 - SISTEMA DE
INFUSÃO CONTÍNUA (BOMBA DE INSULINA) - COMPROVAÇÃO
DE NECESSIDADE - NEGATIVA DA ADMINISTRAÇÃO -
PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR AFASTADA -
HONORÁRIOS - MULTA COMINATÓRIA - RECURSO
PARCIALMENTE PROVIDO.

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, aponta a necessidade de observância do disposto no art. 85, § 8º, do Código de Processo Civil quando da fixação dos honorários advocatícios de sucumbência nos processos em que se pedem prestações positivas em saúde.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse sentido: "Impossível o conhecimento do recurso pela alínea 'a'. Isto porque não há na petição do recurso especial a clara indicação dos dispositivos legais que se entende por violados. A citação de passagem de artigos de lei não é suficiente para caracterizar e demonstrar a contrariedade a lei federal, já que impossível identificar se o foram citados meramente a título argumentativo ou invocados como núcleo do recurso especial interposto" (AgInt no REsp n. 1.615.830/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 11/6/2018).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente